

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, DIVERSIDADE SEXUAL E GERAÇÃO

Kamila Cristina da Silva Teixeira²¹

Mably Jane Trindade Tenenblat²²

*O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre,
Por vezes, infecta.
E outras vezes sangra*

(Grada Kilomba, 2019).

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelo Serviço Social em sua produção intelectual sobre desigualdades de gênero, raça/etnia, diversidade sexual e geração no mundo do trabalho. Para isso realizou-se um ensaio bibliográfico no qual foi possível constatar que, nas últimas décadas, o Serviço Social aproximou-se de maneira muito competente de tais temáticas, porém ainda bastante embrionária na questão étnico-racial. Além de suscitar inúmeras controvérsias, pois esses temas são compreendidos, por vezes, como “identitarismos”, como se ao abordá-los estivéssemos fragmentando a “classe”, mesmo a profissão sendo constituída majoritariamente por mulheres e atuando com grupos minoritários. **PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Raça/Etnia. Diversidade Sexual. Geração. Serviço Social.

ABSTRACT: This article aims to understand the contemporary challenges faced by Social Work in its intellectual production on inequalities of gender, race/ethnicity, sexual diversity and generation in the world of work. For this, a bibliographic



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

21 Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense/Universidade Coimbra (UFF/UC). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Paraná (UNESPAR – Apucarana). E-mail: teixeira.kcs27@gmail.com Orcid.

22 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: mablytrindade@gmail.com Orcid:

essay was carried out in which it was possible to verify that, in the last decades, the Social Service approached such themes in a very competent way, but still very embryonic in the ethnic-racial question. In addition to raising numerous controversies, as these themes are sometimes understood as “identitarianisms”, as if by approaching them we were fragmenting the “class”, even though the profession is constituted mostly by women and working with minority groups. **Keywords:** Gender, Race/Ethnicity, Sexual Diversity, Generation. Social Work.

INTRODUÇÃO

É fato inconteste que as transformações históricas e societárias advindas da Revolução Industrial consolidaram o capitalismo e romperam com as formas de organizações sociais tradicionais. Assim como é notório que todas essas mudanças afetaram diretamente as relações sociais e as bases estruturais da ontologia do trabalho.

As consequências do novo modo de produção capitalista, por intermédio do desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, por meio do processo de urbanização constituem a base do acirramento da questão social, compreendida como as “*desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização*” (IAMAMOTO, 2009, p. 177), apontando, inevitavelmente, para a relação capital/trabalho (a exploração) como sua determinação essencial.

Contudo, nesse novo cenário – fruto obviamente do sistema capitalista –, o trabalho, instrumento central na constituição da vida social, ou seja, do ser social, tem sua ontologia diretamente afetada, passando a ser contemplado apenas com aquele *trabalho “necessário [...] apenas e tão somente”* para a reprodução do capital – o trabalho abstrato (LESSA, 2002, p. 31).

Inicia-se, assim, uma desconsideração do trabalho enquanto formador de valores-de-uso e trabalho útil, sendo uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade (MARX, 2008). Nesse sentido, o resultado, ou seja, a materialização de um processo teleológico – que já estava no intelecto do indivíduo e que propicia uma transformação da matéria natural ao mesmo tempo em que objetiva sua idealização (LUKÁCS, 1979, p. 16) – passa a ser considerado apenas como ação abstrata, cujo objetivo central é propiciar a produção de mais-valia.

Segundo Netto (2001, p. 45), aqui reside o fato específico e particular que evidencia a relação do trabalho abstrato com a “*determinação molecular da ‘questão social’*” e suas expressões, mais especificamente, o desemprego estrutural e conjuntural.

A partir desta chave de análise, busca-se refletir no presente artigo sobre a produção intelectual do Serviço Social brasileiro acerca das desigualdades de gênero, raça/etnia, geração e diversidade sexual, bem como suas implicações para a intervenção profissional de assistentes sociais.

Com tal propósito, o texto foi estruturado em duas seções. Na primeira, são abordados brevemente os avanços obtidos pelo Serviço Social brasileiro – depois de décadas de lutas – no que se refere à ruptura com o conservadorismo profissional, presente desde sua gênese, que propiciaram novos olhares para questões que são antigas e cruciais. Na segunda seção, por sua vez, são analisadas as produções intelectuais no âmbito da profissão sobre desigualdades de gênero, raça/etnia e diversidade sexual.

Torna-se necessário, assim, decifrar as diversas facetas das expressões da questão social no cotidiano da vida social, passando pela singularidade, universalidade e particularidade, que se manifestam de formas objetivas e subjetivas, econômicas, sociais, políticas e, também, ideoculturais.

Ademais, sabemos que na “[...] *na sociedade capitalista não há como desvincular formas de opressão e de violação de direitos, da natureza da exploração da força de trabalho [...]*” (SANTOS, 2017, p. 17). No entanto, precisamos, ainda, reconhecer aos elementos da formação social brasileira que irão impactar diretamente as desigualdades de raça, gênero, geração e diversidade sexual, ampliando os traços do racismo, do machismo, da misoginia e LGBTfobia.

O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: NOVOS OLHARES SOBRE ANTIGAS QUESTÕES

A literatura sobre a gênese do Serviço Social brasileiro demonstra que – em seu processo histórico de consolidação no Brasil, na década de 1930, e na maioria dos países latino-americanos – contou-se como base os princípios da doutrina social da Igreja, que imprimiram à profissão um “espírito de apostolado”, configurando-a como atividade profissional a ser exercida por mulheres (brancas, levando em consideração que era parte da

elite burguesa). Ademais, tratava-se de compreensão bastante equivocada ao associá-la a uma “vocação”, com papéis específicos definidos pela sociedade para mulheres, conduzindo as práticas do espaço privado ao espaço público, como o cuidado, a tutela e a ajuda.

Por conseguinte, emerge uma profissão atrelada às bases conservadoras da Igreja Católica e reafirmada pela estrutura machista da sociedade patriarcal, que conduziu a profissão como uma carreira destinada majoritariamente a mulheres.

A partir da década de 1940, com o objetivo de secularizar (ou laicizar) a profissão, o Serviço Social incorporou o discurso do funcionalismo positivista. A tradição científica do positivismo buscaria “a verdade dos fatos” partindo de uma concepção de ciência caracterizada pela neutralidade científica, pela ênfase nas técnicas, com prevalência nas teorias eurocêntricas e descontextualizadas da realidade do país (desconsiderando nosso processo de colonização e, conseqüentemente, a escravidão que deixaram marcas profundas na formação social brasileira).

Nos anos 1960, por seu turno, emerge no Brasil e na América Latina o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Netto (2008) assinala que a Reconceituação desenvolveu alternativas de ruptura com o tradicionalismo nos planos metodológico-interventivo e político-ideológico. Nesse sentido, o processo do Movimento de Reconceituação foi fundamental para a história do Serviço Social latino-americano, sendo um fator essencial para compreender como se consolida a atuação da profissão atualmente.

Além disso, no âmbito das reivindicações desse período encontram-se pautas que questionavam o processo de “*superção do subdesenvolvimento*” (NETTO, 2005), a revisão crítica das teorias oriundas do “Serviço Social tradicional” e a interpretação da categoria “questão social” com ênfase na superção da ordem de exploração da população usuária, ou seja, das condições políticas, sociais e históricas da exploração da classe trabalhadora. O Serviço Social distancia-se, assim, dos interesses do capital e se aproxima dos interesses da classe trabalhadora.

De acordo com Gracyelle Ferreira (2020), a nossa profissão olhou para si mesma situada na dinâmica da vida em sociedade, incorporou criticamente o debate sobre as relações de produção e reprodução capitalista para ir além daquilo que lhe foi reservado pela lógica dominante. Todavia, chegou o momento de o Serviço Social olhar para si e para a sociedade novamente. Para a referida

autora (idem), é preciso considerar “*de forma consciente o debate de raça (e é claro, os de gênero e sexualidade)*”.

Ainda de acordo com Ferreira (2020), urge compreender que o capitalismo no Brasil não opera de modo idêntico ao de países europeus, que trabalhadores brasileiros não são trabalhadores europeus – mesmo que a produção de valor e mais-valor os coloque em contato.

Ademais, como Patrícia Hill Collins (2009) sugere, não se pode desconsiderar que nenhum de nós está posicionado de forma neutra na sociedade. Quando acionamos a ideia de branquitude, por exemplo, é uma forma de lembrar às pessoas brancas que a maneira como pensam, escrevem e falam estão informadas por um conjunto de elementos que envolvem assimetria de poder. Sem dúvida, a branquitude não informa o pensamento e práticas apenas a brancos, pessoas negras também o fazem. A diferença é que apenas pessoas brancas usufruem dos privilégios impostos pela branquitude (FERREIRA, 2020).

Segundo Sônia Maluf (2018), o pensamento crítico contemporâneo tem afirmado a centralidade da articulação entre gênero, classe, raça/etnia, diversidade sexual, gerações e outras categorias sociais para se compreender as desigualdades, as opressões, as violências e as experiências sociais de modo geral, e, sobretudo, para se compreender a dialética das opressões e das resistências. O ponto de partida são os limites de se buscar compreender as desigualdades contemporâneas a partir de um único marcador social ou matriz de diferença.

O feminismo (na academia e nos movimentos), o pensamento e a luta antirracista e o movimento negro, os movimentos e teorias anti, pós e decoloniais, os movimentos e os estudos LGBT, dentre outros, denunciaram o paradoxo da modernidade entre, de um lado, o culto do homem universal, em suas versões de sujeito da razão, de sujeito político e de direito e de Eu psicológico, e de outro a produção de diferenças e hierarquias de todo tipo, que evidenciam acessos diferenciados e assimétricos, quando não ausência absoluta de acesso, à posição de humanidade, aos bens e à riqueza produzidos, ao reconhecimento enquanto sujeito de direitos ou enquanto sujeito político (MALUF, 2018, p. 435)

O paradoxo apontado acima por Sônia Maluf (idem) também fez e faz parte das estratégias de dominação, que enfatizam o ideário de universalidade e igualdade, mas, ao mesmo tempo, produzem e exploram as diferenças como dispositivo de poder e de exploração.

Por conseguinte, para a referida autora (ibidem), nos arranjos políticos e sociais que deram origem à modernidade capitalista, mulheres foram afastadas da vida política e pública e despojadas de direitos, com a justificativa da diferença sexual biológica. Do mesmo modo, a escravidão e a opressão racial foram justificadas pelas teorias raciais e pelo discurso da supremacia branca e ocidental.

Dito de outro modo, o mesmo discurso que cultuou a ideia de um sujeito universal, detentor de direitos (humanos), naturalizou e ontologizou as diferenças, apagando o fato de que são, fundamentalmente, diferenças construídas historicamente. Por outro lado, o reconhecimento das múltiplas opressões e o modo como se cruzam e se articulam tornaram-se, ao longo da história, um instrumento importante de organização, de luta e de resistência (MALUF, 2018).

As transformações no mundo do trabalho alteram as relações entre Estado e sociedade, redefinindo o papel dos Estados nacionais e alterando os parâmetros de constituição de seu sistema de proteção social com profundas e nefastas repercussões nas políticas públicas (BEHRING, 2003; IAMAMOTO, 2010).

Assim, a reestruturação produtiva introduziu inúmeras transformações na base técnica da produção a partir da microeletrônica digital e da priorização de tecnologias poupadoras de mão de obra. Desse modo, transformaram os processos e as relações sociais de trabalho propiciando um aumento da exploração da força de trabalho, desemprego, subemprego, terceirização e informalidade. A produção passou a ser descentralizada, os estoques foram diminuídos, e estratégias para cooptação do trabalhador por meio dos programas participativos, das novas formas de gestão, e do desemprego contribuíram para a desorganização e fragilização dos movimentos de classe (IAMAMOTO, 2010)

Cumprе mencionar que ao se analisar a recente literatura do Serviço Social brasileiro – ao longo das últimas duas décadas – percebe-se que a produção intelectual, finalmente, compreendeu que a onda de desemprego abrange, de forma muito mais perversa, segmentos populacionais específicos, como pardos, negros, mulheres e população LGBT, especialmente, no Brasil, onde há uma importância vital da força de trabalho de homens e mulheres negras para a dinâmica e manutenção da economia colonial, que nutriu lucros exponenciais para o mercado internacional e interno do tráfico escravista, assim como da grandeza do lucro percebido pelos comerciantes e mercadores de negros(as) escravizados(as) oriundos(as) da África e seus descendentes, (ALMEIDA, 2017).

Sendo assim, “*as marcas da escravidão e do racismo não deixam de mediar as relações e os processos engendrados pelo seu ‘capitalismo tardio’*” (MARTINS, 2012, p. 14). Nesse sentido, as marcas do colonialismo também não, ao tornar hegemônico o modelo de família patriarcal (LIMA, 2014), instituíram a divisão sexual do trabalho e a divisão de papéis: os homens responsáveis por prover a família e as mulheres responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos e filhas. Tais fatores, característicos da formação social brasileira, interferem, agravam e aprofundam a conformação das expressões da “questão social”.

AS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E DIVERSIDADE SEXUAL NO ÂMBITO DOS DEBATES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

É fato incontestante que, nas últimas décadas, o Serviço Social brasileiro aproximou-se de maneira muito competente das discussões sobre as desigualdades de gênero, raça/etnia e diversidade sexual, produzindo – especialmente a partir dos anos 2000 – uma vasta literatura sobre tais temas. Contudo, trata-se de discussões e debates que ainda suscitam inúmeras controvérsias no âmbito da profissão, sobretudo, na crítica a essas temáticas, taxadas, por vezes, de “identitarismos”, que – para os críticos – esvaziam, fragmentam e fragilizam o debate de classe, considerado mais importante por alguns segmentos da categoria.

Para Andrea Moraes (2018), o Serviço Social brasileiro produziu em sua história recente uma importante contribuição aos estudos no campo das relações de gênero. A discussão em torno da categoria gênero está presente nas pesquisas da área, e a intervenção profissional atua diretamente com as dimensões que envolvem o debate sobre gênero, com especial destaque para os trabalhos sobre violência e direitos reprodutivos.

Os sentidos atribuídos ao gênero no campo do Serviço Social são variáveis – e isso, por óbvio, não é uma exclusividade da nossa área (MORAES, 2018), posto que, nos anos 1990, Joan Scott já apregoava que gênero é um conceito em permanente disputa. Logo, seu significado nunca se estabiliza.

Ainda de acordo com Moraes (2018), há no Serviço Social uma compreensão geral de que gênero trata das relações de poder na vida social, relações essas que atribuem posições assimétricas ao masculino e ao feminino (SCOTT, 1999). Desse modo, as desigualdades de gênero constituem-se como um dos focos do trabalho de assistentes sociais e das preocupações

de pesquisas no âmbito da categoria. No entanto, segundo Andrea Moraes (2018), o consenso parece esgotar-se nesse ponto. A partir desse caldo comum, emergem perspectivas distintas para direcionar o debate, como aborda a referida autora (idem): 1) Gênero e Marxismo; 2) Relações Sexuais de Gênero e 3) Interseccionalidade.

Na esteira de Moraes (2018), Carla Almeida e Ana Lole (2014, p. 80) assinalam que

“a primeira lição que aprendemos nos estudos de gênero é que este é um campo de intensos debates, calorosas discussões e com perspectivas teóricas e filosóficas bastante variadas. Então, aquilo que para um público ‘externo’ parece unitário é, de fato, extremamente diversificado”.

Sobre a interseccionalidade, não se pode abordá-la, de maneira apropriada, sem mencionar o feminismo negro, pois uma das contribuições centrais das feministas negras foi justamente questionar a universalidade do patriarcado como sistema de dominação (MORAES, 2018).

A reflexão sobre os limites da explicação patriarcal como forma universal de dominação das mulheres acompanhou os desdobramentos do feminismo dos anos 1970, e entre as feministas negras essa reflexão crítica atingiu uma considerável expressão teórica e política. A ideia de que o sistema patriarcal é uma forma de dominação dos corpos e da sexualidade das mulheres pelos homens e para proveito deles recebeu das feministas negras um reparo fundamental: à pureza sexual imposta à mulher branca contrapõe-se a hipersexualização dos corpos das mulheres negras (MORAES, 2018; AKOTIRENE, 2019).

O paradigma patriarcal projetou uma sombra sobre as experiências corporais e sexuais das mulheres negras, marginalizando-as enquanto mulheres e reduzindo-as à sua raça. Esse ajuste de perspectiva para além da ótica patriarcal mudou o percurso do feminismo e ainda faz surtir seus efeitos no campo feminista atual porque a partir dele a chamada interseccionalidade será construída. É importante sinalizar, portanto, que o feminismo negro é o berço da interseccionalidade e que essa origem faz toda a diferença na forma como a interseccionalidade opera com a raça (MORAES, 2018, p. 279). Nesta direção, cumpre destacar que:

Certamente, o Atlântico gera maresia feminista durante a travessia interseccional. Longe de ser fragmentada, liberal e cisheterossexista, a interseccionalidade é dimensão

prática, precisamos do horizonte enquanto os navios estão atravessando, mas a fome de justiça depende da vida garantida agora. Diante do Estado Democrático de Direito, o regulador oficial das relações sociais, temos pleitos políticos, propomos secretarias de igualdade racial, reivindicamos direitos humanos, aceitamos ser cotas de partidos políticos brancos, nos tornamos ativistas da sociedade civil organizada, votamos políticas públicas nas conferências. Logo, a proposta de Crenshaw nos instrumentaliza neste campo de justiça mediadas. Na diáspora africana, nós, ialodês, desenvolvemos condutas molhadas e enfrentamos o padrão colonial dando movimento à força da maré, igual Marielle Franco, morta numa quarta-feira, dia de domínio de Xangô ancestral da justiça, e de Oyá, energia guerreira que luta sem o medo da morte, e que está viva no rio Níger por nove vezes. A presença ancestral de Marielle Franco contorna leis para enfrentar os regimes jurídicos do colonialismo brasileiro (AKOTIRENE, 2019, p. 64).

De acordo com Paixão e Carvalho (2008), no período de 1995 e 2006, levando em consideração cor e sexo dos desocupados no país, 60,4% eram pretos e pardos. Desses, 22,2% eram homens e 40,2% mulheres.

Tais dados nos conduzem a considerar a reação burguesa à crise no Brasil, tendo sua intensificação na década de 1990, pois, enquanto em 1995 a população de pretos e pardos correspondia a 48,6% dos desocupados, sendo 25,3% homens e 23,3% mulheres, no ano de 2006, 54,1% do total de desocupados eram pretos e pardos, dos quais, 23,9% eram homens e 30,8% mulheres, dados que evidenciam o que podemos chamar de a feminização da pobreza, além de explicitar o aumento da população negra desocupada.

Ademais, as novas estruturas do mercado de trabalho – promovidas pela reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal – facilitam a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações em tempo parcial, substituindo homens pelo trabalho feminino mal pago, com salários mais baixos, em posições precarizadas, ou seja, sem carteira assinada e direitos trabalhistas.

Dados oficiais revelam que as mulheres negras estão presentes em maior grau nas ocupações em tempo parcial, demonstrando também as desigualdades entre homens e mulheres no que tange à divisão das tarefas domésticas. As mulheres ao se dedicarem mais tempo ao cuidado da casa e das crianças, doentes e idosos buscam ocupações desse modelo; conseqüentemente, são mais precarizadas e possuem menores salários (TEIXEIRA; GÓIS, 2020).

Se essa fase de desenvolvimento histórico do capitalismo traz como condição fundamental o desemprego, as novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital desencadeiam ainda uma realidade de

precarização e informalidade que atinge toda a “*classe-que-vive-do-trabalho*” (ANTUNES, 2000).

Nesse contexto, embora os trabalhadores de modo geral sejam afetados, são os grupos que historicamente se encontram em desvantagem social que se inserem, em maior proporção, nas ocupações e trabalhos terceirizados, precários e informais, que ganham maior expansão com a “uberização do trabalho na indústria 4.0” (ANTUNES, 2020) da era digital.

Ao longo da maior parte da história do Serviço Social brasileiro, composta por 97% de profissionais do sexo feminino (IAMAMOTO, 2010), que em seu cotidiano de intervenção, atende majoritariamente mulheres, sendo essas mulheres negras, permaneceu distante das lutas mais significativas dos movimentos feministas, o que configura, do nosso ponto de vista, um desencontro entre o Serviço Social e as questões de gênero.

Nesse sentido, tratar da relação de gênero e Serviço Social:

Implica em problematizar a ‘feminização’ da profissão, a concepção de gênero das(os) assistentes sociais e sua relação com a profissão. Trata-se de perceber como os sujeitos profissionais atribuem significados às relações de gênero e de que maneira dão sentido à sua prática profissional, tentando perceber a dimensão política dada à profissão (CISNE, 2004, p. 20).

Além disso, há no cotidiano de intervenção profissional demandas que perpassam a questão de gênero, raça/etnia e diversidade sexual, como abuso sexual, violência contra mulheres, gravidez na adolescência, dificuldades em relação ao planejamento familiar, direitos reprodutivos, mulheres chefes de família, mulheres idosas vivendo sozinhas e/ou sustentando suas famílias, discriminação no mundo do trabalho, assédio moral e, também, sexual, luta por cotas e ações afirmativas, discriminação e preconceito em relação à homoafetividade, à raça, dentre outros, conforme enfatiza Lisboa (2010).

Segundo Tavares e Delgado (2012), são poucos estudantes que conhecem as problemáticas de gênero e geração no contexto da sociedade contemporânea. Ademais, acredita-se que os números são ainda mais restritos quando o assunto é raça e sexualidade.

Mesmo após o Movimento de Reconceituação – que teve um importante papel na medida em que buscou romper com as teorias importadas, com o conservadorismo profissional e compreender a realidade do povo brasileiro –, a profissão não atentou para tais temas e, conseqüentemente, demorou

para demarcar a identidade daqueles que mais sofrem com os reflexos das expressões da questão social (mulheres, negros, população LGBT, povos tradicionais, dentre outros), sendo esses os principais usuários atendidos por assistentes sociais.

É absolutamente notório que o Serviço Social vem desenvolvendo – do ponto de vista prático e teórico – uma ação na perspectiva da recusa à exploração e à dominação de classe. Tal recusa evidencia o seu compromisso com a classe trabalhadora, porém, cumpre salientar que as medidas para garantir o combate às desigualdades de gênero, raça e sexualidade no âmbito do Serviço Social ocorreram tardiamente, pois, desde a gênese da profissão, tal preocupação emerge mais significativamente em 1993 com o Código de Ética, que determina como um dos princípios fundamentais

o empenho a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, além do “exercício do Serviço Social sem ser discriminado(a), nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condições física.

Um segundo acontecimento, não menos importante, vincou os novos rumos para o Serviço Social brasileiro ao incluir importantes conteúdos na formação profissional, dentre os quais se destacam a questão de gênero e a questão étnico-racial, levando-os à apreciação da Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social. Tal proposta foi aprovada na II oficina Nacional de Formação Profissional que, também, fomentou o debate sobre a temática em tela, propondo sua inclusão como tópico de discussão no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, como uma necessidade teórico-metodológica e ético-política para análise das expressões da questão social.

Todavia, somente em 2009 ocorre uma movimentação no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) sobre a necessidade de inclusão de temas caros à profissão, que contextualizariam a prática profissional às requisições da população usuária do Serviço Social.

Assim, neste contexto, são criados os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) que, divididos em áreas, mobilizariam pesquisadores a dinamizar a formação profissional e o florescimento de pesquisas nas áreas temáticas, sendo um desses grupos direcionado para: Serviço Social, Relações de Exploração/

Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, aprovado, por unanimidade, por ocasião do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em dezembro de 2014, indicando a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação do Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. Essa necessidade parte da compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações.

Tais esforços também tinham como meta implementar ações que efetivassem o que as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social descrevem como perfil dos formados: profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Ademais, em 2016 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) organizou uma série de cartilhas intituladas “Assistentes sociais no combate ao preconceito”, com temas sobre racismo, xenofobia, transfobia e o estigma das drogas. Trata-se de um momento bastante oportuno, no qual a categoria, de fato, tem um documento normativo que norteia suas ações.

No que tange o debate e reflexões sobre sexualidade, diversidade sexual e dos direitos LGBT, no âmbito do Serviço Social, temos as conquistas do conjunto CFESS/CRESS, materializadas nas resoluções 489/2006 e 615/2011, que vedam qualquer conduta profissional discriminatória por motivo de orientação sexual, e que também garante o uso do nome social de travestis e pessoas trans nos documentos profissionais, respectivamente, como uma dimensão da luta por direitos, conforme pontua Bruna Irineu (2004).

Outra importante iniciativa de reflexão sobre a temática foi a criação do GT “gênero, raça/etnia e orientação sexual” no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2003, e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) em 2004. Mas, não podemos deixar de mencionar o Encontro Nacional de Estudantes (ENESS), realizado em 1986 na cidade do Rio de Janeiro, no qual a sexualidade ganha visibilidade pelo protagonismo do movimento estudantil da época.

Por fim, vive-se em um panorama de crise política sem nenhum precedente na história recente do país, que expõe as rupturas sociais, projeta o aumento

exponencial do fosso que separa ricos e pobres, evidenciando as fraturas da jovem e frágil democracia brasileira.

Nesse cenário de riscos, crises e incertezas – fruto de uma sociedade vincada por traços do trabalho escravo, pelo extermínio de mulheres, das populações indígena e negra, por autoritarismos de várias ordens, pelo preconceito racial, de gênero e pela discriminação social –, tem sido cada vez mais difícil para as muitas minorias serem efetivamente titulares de direitos plasmados no ordenamento jurídico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, buscou-se demonstrar que o Serviço Social brasileiro – desde a sua gênese até a atualidade – debruça-se sobre temas como a intrínseca relação entre capital e trabalho, sobre o padrão de acumulação flexível, que acelera a predominância do trabalho morto na composição técnica do capital, provocando alterações significativas na organização e relações da produção, bem como nas estruturas e significados das profissões.

Contudo, as suas produções intelectuais destacam, também, o cotidiano profissional de assistentes sociais que tem se confrontado com um leque de situações que caracterizam exclusão, discriminação, exploração, opressão, desigualdades sociais, relações de poder, de violência, dentre outras sofridas pela população usuária.

Tudo isso diante das precarizações que assolam o trabalho de assistentes sociais, que padecem com os baixos salários, contratos temporários, precarização dos espaços de atuação, ausência dos concursos públicos, redução de postos de trabalho, exigência de novos conhecimentos técnicos-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores burgueses como a competitividade e o individualismo, a instabilidade inclusive no setor público, a descontinuidade das atividades profissionais com a redução dos recursos com as políticas públicas de corte social devido à Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto dos gastos públicos, e a rotatividade dos servidores.

Reconhecido como parte da divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social também sofre com a precarização do labor profissional diante do contexto capitalista.

Nessa esteira, Netto (1996, p. 89) assinala que “*as alterações profissionais, assim, derivam da intrincada interação que se processa entre as transformações*

societárias, com seu reatamento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão”.

Iamamoto (2015), por sua vez, afirma que os desafios do Serviço Social são profundos e exigem o desenvolvimento da capacidade de decifrar a realidade por meio de uma rigorosa formação teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa, na qual é necessário complementar dizendo da importância de abarcar, também, as questões de classe, gênero, de raça/etnia e diversidade sexual, sem reproduzir as desigualdades e hierarquias que são cotidianamente recriadas e refuncionalizadas no interior das relações e instituições, como pontua Tavares e Delgado (2012).

Cumprir mencionar, ainda, que os debates da categoria têm se concentrado, também, em novas abordagens – que cada vez mais desafiam as posições binárias, estáticas e inamovíveis – e que vêm desorganizando por completo a ideia que sustentava o lado supostamente natural e biológico do binômio sexo/gênero. Tais debates têm contemplado de maneira muito potente o debate racial, compreendendo, por exemplo, como gênero, raça e classe se articulam, mostrando-se fundamentais para a elaboração de políticas sociais voltadas para aquelas pessoas que estão no nível mais alto de exploração, como as mulheres negras e pobres.

Mulheres estas que, na atual e nefasta conjuntura, com esse novo contexto político ultraneoliberal e neoconservador, estão sendo ainda mais vilipendiadas, especialmente após o golpe de Estado sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, com apoio do parlamento, do judiciário, das elites burguesas e da grande mídia, aprofundando sua situação de vulnerabilidade e de pobreza extrema. Logo, se as intersecções e articulações entre gênero, raça e classe são indissociáveis para uma compreensão da desigualdade, são também indispensáveis para a resistência e a luta emancipatória.

Por fim, não se pode deixar de mencionar que o atual governo – movido por inúmeros despautérios e estultícias em iguais medidas, bem como por um reacionarismo, conservadorismo e anticientificismo nunca antes visto na história desse país – deixa evidente seu profundo desrespeito por mulheres, negros(as), índios(as), LGBTQ+ e outras minorias sociais.

Por conseguinte, houve grandes retrocessos nos últimos anos nas políticas voltadas a esses segmentos populacionais, em razão, principalmente, da aproximação do governo com os evangélicos e outras bancadas conservadoras

do Congresso Nacional. Aproximação esta forjada em governos anteriores, mas exponencialmente potencializada pela atual presidência.

Assim, engendra-se no país o desmonte que coloca em xeque o lastro das parcas conquistas no campo democrático de direitos, oriundas das lutas sociais da década de 1980 e do legado da Constituição Federal de 1988, que completou mais de 30 anos.

Com efeito, o projeto em curso favorece de forma inequívoca o avanço do grande capital estrangeiro sobre a economia brasileira, reforçando as alianças entre a burguesia nacional e o imperialismo norte-americano. Como exemplos de tal favorecimento, pode-se destacar a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 – estabelecendo um teto para investimentos públicos por 20 anos – e as contrarreformas trabalhista e previdenciária, que agravam ainda mais o cenário de desemprego de mais de 13% que assola a classe trabalhadora.

Somam-se a isso, os cortes orçamentários que enfraquecem sobremaneira o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a flexibilização da legislação ambiental destinada a facilitar a exploração dos recursos naturais pelas empresas multinacionais. Todas estas medidas começaram a ser implementadas em 2016 por um governo corrupto, ilegítimo e espúrio em um curto intervalo de tempo e estão sendo potencializadas por esse atual “governo” reacionário e antidemocrático.

Todavia, o embrutecimento da classe dominante não se limita às medidas mencionadas até aqui. Analisar tal conjuntura é destacar, ainda, a face mais perversa do processo de busca de manutenção do poder pela via do extermínio da vida, pelo uso da força e da violência! Neste ataque à classe trabalhadora, mulheres e jovens negros são as principais vítimas da cultura que fomenta o ódio contra as diferenças de raça/etnia, diversidade sexual, territórios e que têm em comum um elemento óbvio: a classe!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. Gênero, identidade e política: e agora, aonde vamos? **Revista Temporalis**, Brasília, n. 28, p. 79-94, jul.-dez. 2014.

ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. **Argumentum.**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017. Disponível em: Acesso em: 10 de jun. de 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Ricardo Antunes 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 261p.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho Intermitente e Uberização do Trabalho no Limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) ISBN 978-85-98349-69-5.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete. (org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. **Serviço Social**: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. 202p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e Resistência dos trabalhadores negros. Tese de Doutorado: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/16398/2/Tese%20-%20Gracyelle%20Costa%20Ferreira%20-%202020%20%E2%80%93%20Completa.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

HILL COLLINS, Patricia. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009, ISBN 9780415964722.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional – 26ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS (org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. Cortez, 2011a, cap. 1 e 3.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Mundo dos Homens**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIMA, R. de L. de. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**, n. 117, jan./mar, 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. “Políticas públicas com perspectiva de gênero: afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças” In: **Anais do Fazendo Gênero**, 2010, n. 9. UFSC, Florianópolis. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946_ARQUIVO_Texto.ST_Co mpleto_FG9.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**, Porto, Escorpião, 1979.

MALUF, Sônia Weidner. Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e Sexualidade. **Katály-ses**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 435-440, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259.

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. Recife: UFPE. Tese de Doutorado, 2012.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORAES, ANDREA. **Pensar o gênero**: diálogos com o Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 268-286, maio/ago. 2018 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.141>.

NETTO, José Paulo. “Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

NETTO, José Paulo. A erosão do Serviço Social “tradicional” na América Latina. In: **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5a edição. São Paulo: Cortez, 2001, p. 142-151.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964 – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **O movimento de reconceituação**: 40 anos depois. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, No. 84, p. 519, Junho, 2005.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil**; 2007– 2008. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, S. M. M. dos. **Diversidade sexual**: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. xx-xxx, jan./abr.2017.

TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara. (Trans)Versalidades de Gênero e Geração nas Políticas Sociais: o lugar de mulheres e idosos. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 25, n. 2 - Jul./Dez. 2012 – ISSN online 1981-3082. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/17694>. Acessado em: 10 de jun. de 2022.

TEIXEIRA, K. C. S.; GÓIS, J. B. H. Políticas Afirmativas de Emprego no Brasil: o caso do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (2005-2016). **Trabajo y Sociedad**, Argentina, n. 35, 2020.